

FEDERAÇÃO PORTUGUESA de PESCA DESPORTIVA



REGULAMENTO GERAL de PROVAS de MAR PESCA DE COMPETIÇÃO COM FLUTUADOR (BÓIA)

CAMPEONATOS NACIONAIS E CAMPEONATOS REGIONAIS

(Revisto em 12 Dezembro de 2017)

ARTº 1º - OBJECTO

O presente Regulamento para Campeonatos Nacionais e Regionais, estabelece as bases da Pesca de Competição em Mar para a modalidade de Pesca de Competição com Flutuador (Boia), assim como os princípios reguladores dos respetivos Campeonatos Nacionais e Regionais, vigorando em todas as Associações, sendo complementado pelo Regulamento Administrativo para a Competição e pelo mapa regulador dos locais de concentração e horários e cada prova, os quais não poderão conter matéria que na sua essência, altere ou contrarie as disposições do presente regulamento, consideradas para todos os efeitos como vínculo obrigatório e oficial.

ARTº 2 – CAMPEONATOS

§1. Os campeonatos disputam-se de acordo com os princípios da Pesca de Competição com flutuador (boia), o qual consiste no ato piscatório praticado com cana com ou sem carreto, utilizando um flutuador para a sinalização dos toques das espécies a capturar.

§2. Os Campeonatos distinguem-se em Individuais e de Clubes (coletivos).

§3. Os direitos de participação e orgânica dos campeonatos, serão publicados nos Regulamentos Específicos e Mapas reguladores dos respetivos Campeonatos indicados no ARTº 1.

§4. Nos Campeonatos Nacionais e Associativos de Clubes, durante todo o campeonato, cada clube poderá utilizar um pescador estrangeiro, desde que devidamente filiado na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, não podendo esse pescador participar em qualquer campeonato de clubes de outro país no mesmo ano.

§5. Nos Campeonatos Individuais, os pescadores estrangeiros podem participar após envio de requerimento à Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, comprovando o direito que lhe assiste, não podendo esse pescador participar em qualquer campeonato outro país no mesmo ano. Caso um pescador estrangeiro se apure para o Campeonato do Mundo Individual, o mesmo terá que, na altura da participação, possuir cidadania Portuguesa.

§6. A realização dos Campeonatos Associativos são da responsabilidade de cada Associação, a qual tomando por base as suas potencialidades e realidades, deverá estruturar o seu quadro competitivo de forma a enquadrar-se nas regras gerais constantes deste regulamento.

§7. A eventual realização de Campeonatos Associativos não previstos, carece de aprovação da Direção da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sob parecer do seu Vice-Presidente para a Área de Mar a requerimento da Direção da Associação Regional.

§8. Os Clubes e pescadores participantes nos Campeonatos Associativos, terão acesso à participação nos Campeonatos Nacionais de acordo com o estipulado em cada um dos respetivos Regulamentos Específicos destes.

§11. Pescadores do sexo masculino, do Escalão de Júniores U21 podem participar no Campeonato Individual Sénior, iniciando sempre o percurso nas provas Associativas, sujeitando-se às suas normas e condicionalismos ao nível dos calendários de provas.

ARTº 3 – DATAS E HORÁRIOS

§Único. Anualmente será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão as respetivas datas e horários de cada prova. Para as provas Associativas, a responsabilidade da publicação do mapa regulador é de cada Associação Regional.

ARTº 4 - ESCALÃO ETÁRIO

§1. Anualmente serão publicados os Regulamentos Específicos dos Campeonatos indicados no ARTº 1, onde constarão os escalões etários dos pescadores que podem participar nos diferentes campeonatos.

§2. - Os pescadores do escalão de Veteranos (pescadores do escalão Sénior, que tendo pelo menos 55 anos de idade, no 1 de Janeiro do ano considerado, poderão optar por este escalão), enquanto não for criado o respetivo Campeonato Nacional, o qual só será criado quando houver suficiente número de pescadores nos Campeonatos

Regionais, poderão participar em simultâneo, desde que o calendário de provas o permita, nos Campeonatos Nacionais/Regionais Seniores e nos Campeonatos Regionais de Veteranos.

ARTº 5 - COMPRIMENTO MÁXIMO DAS CANAS

§Único. As canas a utilizar em provas destes campeonatos, não poderão ultrapassar os oito metros lineares.

ARTº 6 - LOCAL DE PESCA

§1. Anualmente serão publicados os Regulamentos Específicos dos Campeonatos indicados no ARTº 1, onde constarão os locais de pesca em que decorrerá cada prova dos respetivos campeonatos. Para as provas Associativas, a responsabilidade da publicação do mapa regulador é de cada Associação Regional.

§2. O local de pesca terá as seguintes zonas:

- ZONA DE OCUPAÇÃO OU PESQUEIRO: Toda a área de solo atribuída a cada pescador, a qual é delimitada lateralmente por duas linhas perpendiculares ao curso de água / linha de costa que distarão, entre si, um mínimo de 10 metros.

- ZONA DE PESCA: Zona hídrica, onde o pescador pode pescar e engodar e que compreende toda a área entre o prolongamento das linhas que delimitam o pesqueiro.

§3. O centro do pesqueiro está localizado no centro da área delimitada e deverá ser assinalado pela colocação do número ou placa identificativa.

§4. O percurso selecionado, deverá se possível, apresentar condições de pesca iguais para todos os concorrentes e não deve apresentar qualquer tipo de perigo para os concorrentes, devendo permitir a pesca de margem sem penetrar na água.

Único) Se o percurso for atravessado por linhas elétricas ou se encontrar na proximidade das mesmas, é interdita a marcação de pesqueiros a menos de 40 metros lineares da prumada das mesmas.

ARTº 7 – IDENTIFICAÇÃO

§1. Sempre que solicitado pelo Júri, é obrigatória a apresentação do cartão de filiado. Na sua ausência, o pescador poderá identificar-se com documento de identificação válido, onde conste a sua fotografia.

§2. Em todas as provas de Clubes, os Delegados deverão apresentar a licença de pesca desportiva atualizada e válida para o local, acompanhada do cartão de filiado ou de um documento identificativo de todos os seus pescadores inscritos para participar na prova.

§3. Nas provas de Clubes, Clube que não apresente licença de pesca desportiva de um ou mais que um dos seus pescadores nos termos referidos no ponto §2., terá, obrigatoriamente, que enviar cópia legível para a sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no prazo máximo de 2 dias úteis, via fax, e-mail ou correio registado.

§4. Nas provas Individuais, na primeira prova do campeonato, é obrigatória a apresentação de licença de pesca desportiva atualizada e válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, emitida pela entidade competente, bem como do cartão de filiado ou de um documento identificativo. Se a licença apresentada não for válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, o pescador fica obrigado a apresentar licença válida para cada local, em cada uma das restantes provas do campeonato.

§5. Nas provas Individuais, pescador que não apresente licença de pesca desportiva nos termos referidos no ponto §4., terá, obrigatoriamente, que enviar cópia legível para a sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no prazo máximo de 2 dias úteis, via fax, e-mail ou correio registado.

ARTº 8 – ESPECIES PONTUÁVEIS

§ÚNICO. São válidas todas as espécies de peixes, com ou sem medida.

ARTº 9 – CAMPEONATOS NACIONAIS – NÚMERO DE PROVAS

§1.Provas de Clubes

1. Campeonato Nacional de Clubes 1ª Divisão

- Será composto por uma fase de apuramento dividida em três zonas, Norte, Sul e Regiões Autônomas, composta por uma prova de quatro horas e uma fase final composta por duas provas de quatro horas cada, em dias consecutivos, ou ser efetuadas ao fim de semana e/ou feriados.

§3.Provas Individuais

1. Campeonato Nacional Senior da 1ª Divisão

- Será composto por entre três a quatro provas de quatro horas cada, em dias consecutivos, ou ser efetuadas ao fim de semana e/ou feriados.

2. Campeonato Nacional Senior da 2ª Divisão

- Será composto por entre três a quatro provas de quatro horas cada, em dias consecutivos, ou ser efetuadas ao fim de semana e/ou feriados.

ARTº 10 – SORTEIO DE SECTORES E PESQUEIROS – PROVAS DE CLUBES

§1. Para cada prova, a equipa representativa de cada Clube, será composta por cinco pescadores titulares, um suplente, um delegado e um capitão (treinador).

§2. As provas serão disputadas em cinco sectores homogêneos, nos quais competirá um elemento de cada Clube.

§3. Cada clube tem que indicar qual o seu pescador que vai atuar em cada Sector. Tal indicação será dada através dos preenchimentos da ficha individual de pesagem e da ficha geral de prova, onde serão indicados os cinco pescadores titulares distribuídos por zona, o suplente, o delegado e o capitão (treinador), após o sorteio do pesqueiro de cada clube.

§4. Só entram no sorteio:

- a) Os clubes que tenham procedido à assinatura da folha de presença, até à hora de início do sorteio;
- b) Os clubes que até à hora de início do sorteio, tenham contactado o Júri, informando que por motivo imprevisto de força maior, ainda estão em trânsito.

§5. Se algum dos clubes presentes não tiver disponíveis os cinco pescadores, deverá antes do sorteio indicar esse facto ao Júri, que poderá anular pesqueiros.

§6. Em alternativa ao tradicional sorteio manual através da extração de objetos numerados, poderá o sorteio ser efetuado através de programa informático, o qual tem obrigatoriamente que respeitar todas as condicionantes acima indicadas.

§7. Sempre que ocorra lesão ou doença súbita de um dos pescadores titulares, pode o mesmo ser substituído pelo suplente, tendo este no entanto que efetuar a sua ação de pesca com o equipamento, iscos e engodos já presentes no pesqueiro.

ARTº 11 – SORTEIO DE SECTORES E PESQUEIROS – PROVAS INDIVIDUAIS

§1. De acordo com o número de inscritos para disputar o Campeonato, será apurado o número de sectores que são necessários.

§2. Os concorrentes serão distribuídos por sorteio efetuado pelo Júri, em sectores tão homogêneos quanto o possível, em função do número de pescadores de cada campeonato.

§3. Só entram no sorteio:

- a) Os pescadores que tenham procedido à assinatura da folha de presença, até à hora de início do sorteio;
- b) Os pescadores que até à hora de início do sorteio, tenham contactado o Júri, informando que por motivo imprevisto de força maior, ainda estão em trânsito.

Único) Se o pescador chegar depois do início da prova, para a mesma ser considerada válida, tem que cumprir pelo menos 50% do tempo de duração da mesma.

§4. Em alternativa ao tradicional sorteio manual através da extração de objetos numerados, poderá o sorteio ser efetuado através de programa informático, o qual tem obrigatoriamente que respeitar todas as condicionantes acima indicadas.

ARTº 12 - NORMAS A OBSERVAR NUM PESQUEIRO

§1. O concorrente terá que posicionar-se no centro do pesqueiro, no enfiamento da placa identificativa do mesmo.

§2. O concorrente pode mover-se livremente dentro do seu pesqueiro, mas de uma forma discreta e silenciosa. O concorrente não pode entrar noutro pesqueiro, salvo de devidamente autorizado pelo concorrente nele colocado.

§3. Não é permitido ao pescador receber qualquer tipo de ajuda do auxiliar, que ultrapasse o transporte de material até à entrada no pesqueiro. exceto informações verbais.

§4. Nas Provas individuais só o treinador ou delegado do clube podem entrar nos pesqueiros ocupados por pescadores do seu clube.

§5. Nas Provas de Clubes só o capitão / treinador, pode entrar nos pesqueiros ocupados por pescadores do seu clube.

ARTº 13 – ISCOS E ENGODOS

§1. A composição dos iscos e engodos deve ser de origem natural. É proibida a utilização de produtos de origem metálica, bem como de origem artificial,

§2. Por isco natural, entende-se toda a matéria de origem animal ou vegetal como por exemplo Sardinha, Carapau, Chicharro, Minhoca, Camarão, pão ou farinha amassada, utilizada para colocar no anzol.

§3. Por engodo, entende-se toda a matéria inerte ou de origem animal ou vegetal, utilizada para atrair o peixe, podendo ser lançada separadamente como alimento e que engloba: farinha, sardinhas, areia, etc.

§4. É vedado aos pescadores, utilizar como isco ou engodo, ovas de peixe ou outros componentes que a lei proíba.

§5. É vedado aos pescadores, utilizar como isco ou engodo, peixes vivos.

ARTº 14 - LIMITAÇÃO DE ISCOS E ENGODOS

§1. Anualmente, para cada campeonato, será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão os iscos e engodos autorizados, bem como os seus eventuais limites, a usar por cada pescador em cada prova, tendo em vista a época e locais.

§2. Cabe ao Júri o controle de iscos e engodos. Nos Campeonatos Nacionais, todos os pescadores devem ser controlados. Nos Campeonatos Associativos, o Júri pode decidir controlar integralmente todos os pescadores ou parcialmente, por sorteio.

§3. Se o Júri optar por fiscalizar parcialmente os participantes, a escolha dos concorrentes a controlar, será feita por sorteio efetuado por um ou mais elementos do Júri, junto de um dos pescadores das extremidades da zona.

§4. O Júri pode inspecionar todo o equipamento do pescador, que se encontre dentro do pesqueiro, no sentido de procurar eventuais iscos e engodos não apresentados a controlo. De modo a não ferir suscetibilidades, para este tipo de controlo, deve ser preferencialmente adotado um critério uniforme, ou são todos controlados, ou os pescadores são controlados por sorteio.

§5. O período de controlo de iscos e engodos, decorrerá entre os 50 e os 25 minutos que antecedem o início da ação de pesca.

§6. Os engodos deverão ser medidos já amassados nos termos a definir no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1.

§7. Os engodos serão medidos em litros e/ou em quilos, conforme for estipulado no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1.

§8. Se no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, for definido que os engodos serão medidos em litros, estes devem ser apresentados ao Júri dentro de recipientes com dimensões de tamanho oficial (aferidas). Quando da chegada do Júri, junto do pescador para proceder ao controlo dos iscos e engodos, estes já deverão estar dentro dos recipientes.

§9. Antes da entrada nos pesqueiros, os iscos e engodos podem ser manipulados pelo pescador ou por uma outra pessoa, fora do pesqueiro. Após a entrada no pesqueiro, estes só podem ser manipulados pelo pescador dentro do pesqueiro

§10. Após o controlo ser efetuado, é proibida a entrada de qualquer isco ou engodo adicionais para dentro do pesqueiro. Eventuais exceções, por motivos devidamente justificados, são da exclusiva competência do Júri da prova.

ARTº 15 - CONTROLADORES

§1. A presença de controladores é desejável mas não obrigatória.

§2. Sempre que existam controladores, estes devem posicionar-se à retaguarda esquerda ou direita do pescador, de modo a poderem vigiar e contar os exemplares capturados, sem no entanto incomodar os pescadores.

§3. Sempre que existam controladores se o pescador efetuar uma captura não válida, o controlador dará indicação ao pescador nesse sentido.

§4. Sempre que existam controladores, depois de cada captura, o controlador deve registá-la na ficha de controlo de quantidade de exemplares capturados.

§5. Cada controlador poderá no máximo controlar dois pescadores.

§6. Os controladores deverão conhecer os regulamentos aplicáveis de modo a auxiliarem o Júri.

ARTº 16 - ACTUAÇÃO DOS PESCADORES EM COMPETIÇÃO

§1. A atuação de um pescador em competição, rege-se pelo estrito cumprimento das normas da pesca de competição sob a égide da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, constantes neste regulamento, no regulamento administrativo para a competição, no mapa regulador indicado no ARTº 1 e noutros aplicáveis.

§2. Os pescadores devem prestar a máxima atenção às instruções que lhe são transmitidas, antes de entrega dos documentos, nomeadamente quanto a horários e outras indicações. As instruções verbais transmitidas na concentração, antes da autorização de saída para os pesqueiros, consideram-se parte integrante dos Regulamentos, desde que não contrariem o articulado dos mesmos, pelo que os concorrentes lhes devem prestar a máxima atenção, não sendo aceite, posteriormente, a invocação do seu desconhecimento. Estas informações serão prestadas através da leitura de um comunicado emanado pela FPPD, o qual será rubricado e anexado ao relatório do Júri da prova, sendo posteriormente divulgado às associações ou publicado no site da FPPD (caso tal ainda não tenha acontecido).

§3. É proibido qualquer tipo de ajuda que ultrapasse o transporte de material até à entrada do pesqueiro. Excluem-se desta proibição as seguintes situações:

- a) Caso de emergência, acidente e/ou doença súbita;
- b) Fornecimento de líquidos para consumo próprio;
- c) No desbloquear de uma cana bloqueada;
- d) No fornecimento de um elemento de cana fraturada. O elemento de cana de substituição só poderá entrar no pesqueiro sob controlo do Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efetuado pelos dois pescadores colocados mais perto do pescador visado;
- e) No fornecimento de cana, somente no caso de pescador ter quebrado cana idêntica em ação de pesca ou acidente. A cana de substituição, cujo comprimento máximo não poderá exceder o comprimento da anterior, só poderá entrar no pesqueiro sob controlo do Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efetuado pelos dois pescadores colocados mais perto do pescador visado;
- f) Transmissão de instruções verbais feitas pelo treinador ou por delegado do clube a que pertence, devidamente credenciado pelo júri da prova.

§4. As diferentes fases da prova serão assinaladas pelos seguintes toques que deverão ter uma duração audível e o seu início marca a sua efetividade:

- 1º Início da concentração (um toque);
- 2º À hora de início, que permite o início da ação de pesca (um toque);
- 3º À hora do fim da prova, que indica que terminou o período de ação de pesca (um toque).

§5. É interdito aos pescadores:

- a) Atuar nas provas antes de terem recebido da parte da Organização da mesma a respetiva documentação;
- b) Atuar durante as provas sem ter em local bem visível do seu vestuário, a documentação identificativa com o número de concorrente ou o dorsal identificativo quando este for fornecido pela organização;
- c) Pescar fora da sua área do pesqueiro;
- d) Abandonar o pesqueiro por tempo superior a quinze minutos, sem que para tal haja motivo de força maior, tendo neste caso de dar conhecimento ao Júri ou aos concorrentes que se encontrarem nos pesqueiros adjacentes, devendo obrigatoriamente retirar a linha da água;
- e) Antes do final da prova e sem que exista razão válida aceite pelo Júri, é interdito aos pescadores desmontar totalmente o equipamento e abandonar o pesqueiro;
- f) Proceder à lavagem no pesqueiro, ou na zona da prova, do material utilizado para preparar o engodo, antes do início e durante a prova;
- g) Pescar ou engodar, na área da prova para além das 19 horas do dia anterior;
- h) Utilizar mais de um anzol simples;
- i) Iniciar ou terminar a ação de pesca antes ou para além dos horários estabelecidos;
- j) Utilizar mais de uma cana em ação de pesca simultânea, podendo no entanto ter mais que uma cana montada, mas não iscadas; não havendo limite para o número de canas que desejar ter montadas;
- k) Alterar ou mandar alterar a sinalização com que a Federação/Associação tenha marcado os pesqueiros, a documentação ou os dorsais identificativos, desde que fornecidos pela Organização da prova;
- l) Recusar a amostragem da documentação identificativa, dos iscos, do material ou do pescado desde que tal lhe seja solicitada por qualquer elemento do Júri da Prova, por qualquer concorrente à prova ou por qualquer elemento credenciado da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva ou das Associações Regionais;
- m) A intromissão nos trabalhos da equipa responsável pela prova, sendo-lhe contudo permitido assistir à pesagem do seu pescado;
- n) Receber de qualquer outro elemento que não seja concorrente à prova, materiais de pesca, durante as horas que decorrem entre o início e o fim da prova;
- o) Receber iscos de qualquer outro elemento que não seja concorrente à prova, ou apanhar iscos, durante as horas que decorrem entre o início e o fim da prova;
- p) Arpoar intencionalmente o peixe;
- q) A permanência dentro de água;
- r) A prática de atos anti desportivos;
- s) Utilizar ou ter em sua posse iscos diferentes dos autorizados para a prova;
- t) Contribuir para a poluição do local da prova, sendo obrigatório recolher todo o lixo (caixas de isca vazias, sacos de plástico, panos, etc.,...) que eles próprios fizerem de modo a deixarem o pesqueiro limpo;

§6. É obrigatório aos pescadores:

- a) Ocupar o pesqueiro que lhe foi atribuído por sorteio;
- b) O uso de manga de rede, a fim de manter vivos os peixes que após a pesagem no pesqueiro serão devolvidos imediatamente à água. Nos locais onde não seja possível a utilização da manga, deverá ser mencionado no regulamento dessa prova excecionalmente a sua dispensa:
 1. A manga deve estar colocada dentro de água e submersa durante todo tempo de prova, até à chegada da equipa de pesagem;
 2. As mangas a utilizar deverão ter o comprimento mínimo de três metros, sem prejuízo do estipulado na alínea anterior.
 3. As mangas a utilizar deverão ser de um só pano, podendo no entanto ter um pano exterior protector de malha diferente ou superior da que a constitui.

§7. É permitido aos pescadores:

- a) Utilizar qualquer tipo de transporte para o equipamento, mas só até ao início da prova e após o final da mesma;
- b) Capturar um exemplar que não venha ferrado pela boca, desde que tal aconteça involuntariamente;
- c) Se um exemplar for ferrado pela boca por um anzol de um concorrente e pelo corpo por um anzol de outro concorrente, será considerado do concorrente cujo anzol estiver na boca;
- d) Se um exemplar for ferrado com dois anzóis de concorrentes diferentes simultaneamente na boca ou no corpo, será devolvido imediatamente à água;
- e) Colocar a manga na água antes do início da prova;

§8. Após o início do toque que assinala o final da prova, é possível finalizar a captura do exemplar ferrado, tendo o concorrente que fechar o drag e recuperar rapidamente;

ARTº 17 – TEMPORAIS

§1. Se antes do início do período de preparação do material começar um temporal, o Júri atrasará o seu início com consequências no horário de toda a prova.

Único) Se decorrida uma hora o Júri entender que não estão reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova, adiará a mesma sendo esta marcada nos termos do ponto §3.

§2. Se durante o período de preparação do material e/ou da prova, começar um temporal, o Júri dará três toques audíveis e consecutivos de aviso, interrompendo a preparação / prova, devendo os pescadores abandonar o pesqueiro de imediato.

a) Se a interrupção ocorrer durante a prova, após o toque da efetivação da interrupção, o pescador tem que tirar de imediato a linha da água e não é válido mais nenhum peixe, a não ser que já se encontre totalmente fora de água. Se este não se encontrar totalmente fora de água, o pescador deverá devolvê-lo de imediato ao seu meio ambiente.

b) Se no prazo máximo de 30 minutos o Júri considerar estarem reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova, dará três toques audíveis e consecutivos permitindo a entrada dos pescadores no pesqueiro.

1. Se a interrupção tiver ocorrido durante o período de preparação, os pescadores retomarão de imediato a sua ação, não contando o tempo de interrupção para a duração total do respetivo período.

2. Se a interrupção tiver ocorrido durante a prova, cinco minutos após a autorização de entrada no pesqueiro, será dado um toque que autoriza o início da ação de pesca, não contando o tempo de interrupção para o tempo de duração da prova.

Único) Durante estes cinco minutos o pescador pode preparar todo o seu material e ou sondar, mas não pode engodar.

c) Se após o reatar referido na alínea anterior, voltar a haver a necessidade de nova interrupção, agirá o Júri conforme aí estipulado.

1. Não pode haver mais de duas interrupções.

2. Se houver necessidade de uma terceira interrupção:

i. Se tiver decorrido pelo menos metade da duração total da prova, a mesma será considerada como terminada.

ii. Se tiver decorrido menos de metade da duração total da prova, a mesma será considerada inválida, sendo marcada uma nova prova em sua substituição nos termos do ponto §3.

§3. Se não for possível concluir uma prova, a mesma será marcada pelo Vice Presidente da Área de Mar da Federação ou da Associação, conforme se trate de um campeonato Nacional ou Associativo, devendo:

a) Caso o mesmo local esteja livre e reúna as condições necessárias, será marcada para o fim de semana seguinte.

b) Se no prazo referido na alínea anterior o mesmo local não estiver livre ou não reunir as condições necessárias, será marcada em local e data considerados por convenientes.

ARTº 18 - PESAGEM

§1. O ato de pesagem dos exemplares válidos capturados, deve ser efetuado por uma equipa de dois elementos do Júri. Na impossibilidade por parte deste, tal procedimento será assegurado por um elemento do Júri e pelo pescador situado no pesqueiro de número mais baixo dentro de cada sector ou pelos dois pescadores situados nos pesqueiros de número mais baixo dentro de cada sector. Um dos elementos procederá à pesagem e o outro tomará nota dos pesos nas respetivas fichas de pesagem.

§2. A ficha de pesagem, tem obrigatoriamente que ter duas vias, em papel com propriedades copiativas, em que o duplicado, seja cópia fiel e integral de tudo o que seja apostado no original. Depois de efetuados todos os procedimentos de cada pesagem, o responsável pela anotação dos pesos nas respetivas fichas de pesagem, guardará para si o original, que entregará posteriormente ao Júri e entregará o duplicado ao pescador.

§3. A pesagem será efetuada utilizando balanças com uma gradação não superior a vinte gramas.

§4. Os arredondamentos serão sempre efetuados para a fração superior.

§5. Todos os pescadores têm que se apresentar à equipa de pesagem, e entregar a totalidade dos exemplares válidos capturados, não se podendo recusar a tal. Pescador que por motivo de força maior necessite de se ausentar antes do término da competição, terá que informar o Júri, que pode ou não aceitar a justificação.

§6. A manga contendo os exemplares válidos capturados, só deve ser retirada de dentro de água pelo pescador, quando tudo já estiver pronto para proceder à pesagem. O pescador tem obrigatoriamente que assistir ao ato de pesagem para certificação do peso dos exemplares válidos capturados e assinar a respetiva ficha de pesagem, ato findo o qual, não haverá possibilidade de reclamação sobre a pesagem.

§7. Pescador que não tenha capturado nenhum exemplar válido, tem que apresentar a respetiva ficha de pesagem, onde deverá ser anotado “zero” ou “grade”, devendo em seguida o pescador assiná-la, ato findo o qual, não haverá possibilidade de reclamação sobre a pesagem.

§8. Quando for(em) apresentado(s)s à pesagem exemplares válidos capturados de pequeno tamanho, que não chegue(m) a registar nada na escala da balança (peso assinalado igual a zero), o peso a atribuir será o da mais baixa fração da gradação da balança.

§9. Após a pesagem dos exemplares válidos capturados, estes devem retornar para dentro da manga, a qual deverá imediatamente ser colocada dentro de água de modo a preservá-los em boas condições. Esta situação, visa unicamente que em caso de avaria da balança durante o processo de pesagem, sendo necessária a sua substituição, todos os pescadores vejam os seus exemplares válidos capturados, pesados com uma mesma e única balança. Nesta situação, proceder-se-á à anulação de todas as pesagens do sector entretanto já efetuadas pela balança substituída, sendo os exemplares capturados válidos de todos os pescadores do sector, pesados pela nova balança.

§10. Após terminada a pesagem do sector e não tendo havido qualquer avaria da balança, o indivíduo encarregue de proceder à pesagem, dará indicação para que os exemplares capturados vivos sejam devolvidos ao seu meio ambiente, operação que deverá ser efetuada com cuidado de modo preservá-los. É vedado aos pescadores enviar para a água ou abandonar no local os exemplares que eventualmente tenham entretanto morrido.

§11. Sempre que algum exemplar suscite dúvidas, o responsável pela pesagem deve:

- a) Se a duvida for quanto ao estado de conservação:
 1. Mencionar o facto na ficha de pesagem, facto que deverá ser assinado por si e pelos dois pescadores que se encontrem mais próximos do pescador com o exemplar duvidoso;
 2. Proceder à pesagem de todos os exemplares, incluindo o exemplar duvidoso;
 3. Proceder à pesagem de todos os exemplares, excluindo o exemplar duvidoso;
 4. Reter o exemplar duvidoso para ser presente e analisado em reunião de Júri;
 5. Prestar todos os esclarecimentos tidos como necessários pelo Júri.
- b) Se a duvida for relativa a um exemplar protestado por infração ao mencionado nas alienas b), c) e d) do §7. do ARTº 15:
 1. Mencionar o facto na ficha de pesagem, facto que deverá ser assinado por si, pelo autor do protesto e por dois pescadores que não tenham qualquer afinidade familiar nem sejam do mesmo clube do protestante;
 2. Proceder à pesagem de todos os exemplares, incluindo o exemplar duvidoso;
 3. Pesagem do maior exemplar. Caso não exista um maior exemplar, visivelmente identificável, o responsável pela pesagem deverá escolher um de entre o lote dos maiores;
 4. Prestar todos os esclarecimentos tidos como necessários pelo Júri.

ARTº 19 – PONTUAÇÃO

§ÚNICO. A cada grama de exemplares válidos pesados, corresponde um ponto.

ARTº 20 – CLASSIFICAÇÃO – PROVAS DE CLUBES

§1. A classificação em cada prova apurar-se-á pela soma dos lugares obtidos nos sectores pelos pescadores que compõem a representação dos Clubes, em função do peso dos exemplares capturados, correspondendo ao menor número do somatório dos lugares as melhores pontuações.

§2. Para efeito de classificação do clube composto por cinco pescadores em cada prova, contarão somente os quatro melhores classificados, exceto se houver nesse clube um ou mais pescadores penalizados e/ou desclassificados. Neste caso para efeitos classificativos pontuarão os pescadores penalizados e/ou desclassificados e mais os outros melhores pescadores até perfazer o número de quatro;

§3. Aos clubes que em cada sector não apresentem pescado à pesagem (grade) será atribuído mais um ponto que o número de clubes inscritos no início do campeonato;

§4. Aos clubes que não apresentem pescadores num setor (falta), será atribuído nesse setor ao clube faltoso, mais dois pontos que o número de clubes inscritos no início do Campeonato.

Único) - Os clubes que não participem numa prova (falta), serão penalizados na classificação final dessa prova, com mais um lugar que o número de clubes inscritos no início do Campeonato.

§5. Para que o clube possa participar numa prova terá que ter na sua composição um mínimo de quatro pescadores;

§6. Ao clube que apresente num setor um pescador com a pena de penalização, ser-lhe-á atribuído nesse sector mais cinco pontos que a classificação obtida;

§7. Ao Clube que apresente num setor um pescador com a pena de desclassificação, ser-lhe-á atribuído nesse sector mais quinze pontos que a classificação obtida;

§8. A classificação final do campeonato será obtida pela soma das pontuações dos Clubes em cada prova, correspondendo às menores somas as melhores classificações.

§9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

a) Por sector:

1º - Classificação ex-aequo.

b) Por Prova:

1º - Classificação ex-aequo.

c) No final do Campeonato:

1º - Pelas melhores pontuações durante o Campeonato;

2º - Melhor peso total no final do Campeonato (dos cinco pescadores por prova);

3º - Classificação ex-aequo;

ARTº 21 – CLASSIFICAÇÃO – PROVAS INDIVIDUAIS

§1. Na classificação geral em cada prova, o primeiro classificado será aquele que entre os primeiros classificados de cada sector obtiver a melhor pesagem, sendo-lhe atribuído um ponto e assim sucessivamente;

§2. Os pescadores que não capturarem qualquer exemplar (grade), ser-lhe-á atribuído por prova um número equivalente ao resultado da seguinte forma:

Exemplo: Em 24 pescadores, 20 pescadores apanham peixe, será somado o $21^o + 22^o + 23^o + 24^o = 90:4 = 22.5$, a grade nessa prova será 22.5 pontos.

§3. A falta marcará mais um ponto que o número de pescadores inscritos no Campeonato;

§4. O pescador que não entregue ou faça entregar a ficha de controlo de pescado à pesagem ou que deliberadamente se recuse a apresentar a dita ficha, é considerado faltoso e marcará mais um ponto, que o número de pescadores inscritos no campeonato;

§5. No caso de haver sectores incompletos em relação ao número de pescadores, os últimos lugares com peixe dos sectores com maior número de pescadores serão iguais ao último classificado com peixe do menor sector, exceto se houver grades;

§6. A penalização de um pescador adicionará cinco pontos, à sua classificação geral, nessa prova;

§7. A desclassificação de um pescador marcará numa prova mais quinze pontos do que o número de pescadores inscritos no campeonato;

§8. A classificação final dum Campeonato, resulta do somatório dos pontos obtidos nas diferentes provas, correspondendo às menores somas as melhores classificações;

§9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

a) Por Sector

1º - Classificação ex -aequo;

b) Por Prova

1º - Classificação ex -aequo;

c) No final do Campeonato:

1º - Pelas melhores pontuações obtidas durante o Campeonato;

2º - Pelo melhor peso total;

3º - Classificação ex -aequo;

ARTº 22 – REGIÕES AUTÓNOMAS

Na eventualidade de os praticantes / clubes das Regiões Autónomas, ficarem impossibilitados de saírem das respetivas ilhas, por falta de transporte, devidamente comprovado, deverão dar conhecimento ao Vice-Presidente da Área de Mar, serão e só neste caso disputadas tantas provas quantas as necessárias até perfazer o total de provas previsto para o campeonato. As provas sem presença dos praticantes das ilhas não serão realizadas.

ARTº 23 – CAMPEONATOS REGIONAIS DE CLUBES

§1. Os Campeonatos Regionais são da responsabilidade de cada Associação, a qual tomando por base as suas potencialidades, deverá estruturar o seu quadro competitivo de forma a enquadrar-se nas regras base constantes deste regulamento.

§2. Cada Campeonato Regional em cada Associação será composto por entre duas a três provas de quatro horas cada.

§3. Cada Campeonato Regional em cada Associação será de inscrição livre e composto por um número de clubes ilimitado e subdivididos em séries se for necessário;

§4. Os campeonatos serão disputados em pesqueiros marcados e de permanência obrigatória, subdivididos em sectores, havendo arranjo numérico de sectores sempre que existam faltas confirmadas e havendo anulação de sector(es) caso o número de faltas o justifique.

§5. Para cada Campeonato ser homologado pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, o seu regulamento terá que ser enviado pela Associação Regional, para aprovação, com um mínimo de quarenta e cinco dias de antecedência do início do campeonato. Depois desta aprovação, não poderá o regulamento sofrer qualquer alteração.

§6. Para cada Campeonato ser homologado pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, os resultados terão que ser-lhe enviados pela Associação Regional, em ficheiro informático, num prazo máximo de cinco dias, após a realização de cada prova.

§7. Compete a cada Associação Regional definir o número de prémios a atribuir nos respetivos campeonatos.

ARTº 24 – CAMPEONATOS REGIONAIS INDIVIDUAIS

§1. Os Campeonatos Regionais são da responsabilidade de cada Associação, a qual tomando por base as suas potencialidades, deverá estruturar o seu quadro competitivo de forma a enquadrar-se nas regras base constantes deste regulamento.

§2. Cada Campeonato Regional em cada Associação será composto de três a quatro provas de quatro horas cada em dias consecutivos, ou ser efetuadas ao fim de semana e/ou feriados.

§3. Cada Campeonato Regional em cada Associação será de inscrição livre e composto por um número de pescadores ilimitado e subdivididos em séries se for necessário;

§4. Ascendem ao Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca à Boia do ano seguinte, nos seguintes termos

- a) Cada Associação terá, sempre e no mínimo, direito a subir o seu Campeão Regional;
- b) Através do método de Hondt e tendo por base os números de pescadores que concluíram os respetivos Campeonatos Nacionais e Regionais, cada Associação fará subir os pescadores necessários para completar o número de participantes previstos no Regulamento Especifico deste Campeonato.
- c) Os pescadores com acesso a este Campeonato e que provenham do estipulado num dos pontos do Artigo 7º do Regulamento Administrativo para a Competição não serão considerados para o cálculo do método de Hondt;

§5. Os campeonatos serão disputados em pesqueiros marcados e de permanência obrigatória, subdivididos em sectores, havendo arranjo numérico de sectores sempre que existam faltas confirmadas e havendo anulação de sector(es) caso o número de faltas o justifique.

§6. Para cada Campeonato ser homologado pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, o seu regulamento terá que ser enviado pela Associação Regional, para aprovação, com um mínimo de quarenta e cinco dias de antecedência do início do campeonato. Depois desta aprovação, não poderá o regulamento sofrer qualquer alteração.

§7. Para cada Campeonato ser homologado pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, os resultados terão que ser-lhe enviados pela Associação Regional, em ficheiro informático, num prazo máximo de cinco dias, após a realização de cada prova.

§8. Compete a cada Associação Regional definir o número de prémios a atribuir nos respetivos campeonatos.

ARTº 25 – PENALIDADES E DESCLASSIFICAÇÕES

§1. Sempre que o Júri observe uma infração ao regulamentado, deverá tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §4., avisar o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §5., deverá de imediato advertir o pescador da mesma e registar o facto na ficha de pesagem do pescador ou em impresso próprio. Este registo deverá ser assinado por ambas as partes.

§2. Sempre que um pescador constate uma infração ao regulamentado por parte de um adversário, deverá chamar o Júri para este tomar conta da ocorrência. Na ausência do Júri por perto, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §4., deverá advertir lealmente o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §5., deverá apresentar ao Júri participação por escrito, nos termos do preceituado no ARTº 13 do Regulamento Administrativo para a Competição.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§3. Os delegados de Clubes com pescadores que tenham sido participados, devem de imediato ser informados de tal facto pelo Júri, já que tal como todos os pescadores que tenham sido advertidos pelo Júri, deverão comparecer obrigatoriamente perante o Júri, de modo a poder efetuar a sua defesa. A sua não comparência (do pescador e do delegado) será tida como uma renúncia ao direito de defesa, assumindo a sua culpabilidade.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao pescador acompanhado do seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§4. Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à sua classificação geral, os pescadores que:

- a) Violam o preceituado nas alíneas de a) a f) do ponto §5. do ARTº 16;
- b) Violam o preceituado na alínea c) do ponto §6. do ARTº 16.

§5. Incorrem na penalidade de desclassificação e marcarão mais quinze pontos a adicionar ao número de pescadores inscritos no início do campeonato:

- a) Violam o preceituado no ponto Único) do ARTº 5;
- b) Violam o preceituado nos pontos §5., §6. E §8. do ARTº 13;
- c) Violam o preceituado no ponto §1. do ARTº 14;
- d) Violam o preceituado no ponto §3. do ARTº 16;
- e) Violam o preceituado nas alíneas de g) a t) do ponto §5. do ARTº 16;
- f) Violam o preceituado nas alíneas a) e b) do ponto §6. do ARTº 16;
- g) Violam o preceituado no ponto §11. do ARTº 18.

ARTº 26 – DOPING

§ÚNICO. Todos os pescadores participantes nestes Campeonatos estão sujeitos a controlo Anti-Doping, à responsabilidade da ADoP.

ARTº 27 – RESOLUÇÃO DE CASOS OMISSOS

§ ÚNICO – Os casos omissos, serão resolvidos pontualmente, para cada caso concreto, por deliberação da Direção da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sob proposta do Vice-Presidente para a Área de Mar, com base nas regras da FIPsmer, respeitando-se tal deliberação até à revisão do presente regulamento.

ARTº 28 – ENTRADA EM VIGOR DO PRESENTE REGULAMENTO

§ ÚNICO. O presente Regulamento entra em vigor no dia 01 de Janeiro de 2018, revogando todos os anteriores.